

ESCOLA NORMAL REGIONAL SANTA TEREZINHA: histórias e memórias da formação docente

ESCOLA NORMAL REGIONAL SANTA TEREZINHA: stories and memories of teacher training

Christiano Roberto Lima de Aguiar¹ - UEMASUL
Gilvânia Queiroz Madeira de Aguiar² - UNISINOS

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação realizada na Escola Normal Regional Santa Terezinha em Imperatriz/MA. Propondo-se como questão norteadora da investigação a discussão das práticas pedagógicas presentes na formação de professoras. A escolha do objeto deu-se pelo delineamento espaço-temporal da necessidade de investigar de forma específica acerca da formação realizada no curso Normal Regional deste município. A metodologia usada foi à pesquisa documental e bibliográfica com abordagem qualitativa. Orientamo-nos por produções científicas relacionada a nossa pesquisa e em fontes do arquivo escola, como regimentos, estatutos, boletins, certificados e atas. Além de entrevistas semi-estruturadas realizadas com as ex-normalistas. Assim, busca apresentar de que forma o currículo privilegiava a formação das mulheres católicas, abrangendo, além da formação didático e metodológico outras como economia doméstica, teatro/dramas e o catecismo religioso. Portanto, percebemos em nossa pesquisa elementos que foram capazes de identificar atividades de uma cultura escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Normal; Formação docente; Educação Católica.

ABSTRACT

This paper aims to present the results of a research conducted in the Normal Regional School Terezinha, in Imperatriz/MA. The main question regards a discussion on teaching practices in teacher education processes. The research theme was chosen considering the space-time outline related to the need to examine the educational processes developed in the Normal Regional course of this city. The methodology used was the bibliographical and documentary research, with qualitative approach. We analyzed scientific productions related to our research, and sources from the school archive, such as regiments, statutes, report cards, certifications, and minutes. In addition, we conducted semi-structured interviews with former students. This study seeks to present the way the school's curriculum favored the education of catholic women, encompassing not only educational and methodological subjects, but also teaching domestic economy, theater/drama, and religious catechism. Therefore, we perceive in our research elements that enabled us to identify activities that constituted a school culture.

KEYWORDS: Normal School; Teacher education; Catholic education.

DOI: 10.21920/recei720206195266

<http://dx.doi.org/10.21920/recei720206195266>

¹Professor efetivo da Universidade da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. Doutorando em Educação pela UNISINOS. E-mail: christianoaguiar39@gmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2508-8275>.

²Pesquisadora/Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA. Doutoranda em Educação pela UNISINOS. E-mail: gilvania.madeira@hotmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4319-7758>.

INTRODUÇÃO

Pesquisar as instituições escolares é importante, considerando as histórias e memórias acerca da análise, que exige de quem pesquisa um exercício contínuo quando se está buscando reavivar o que não está visível. Nesse sentido, Le Goff (2005), nos provoca a pensar sobre o que existiu no passado e o que sobrevivi, afirmando que o que sobrevivi não se trata desse conjunto do que existiu “mas de uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

Nesse sentido, a proposta visa compreender o seguinte questionamento: Como se constituiu as trajetórias das formações das professoras no município de Imperatriz/MA, tendo como lócus a Escola Normal Regional Santa Terezinha, a cultura escolar, práticas cotidianas e a história cultural da instituição? Mais do que respostas para a questão acima: pretendo compreender historicamente como se deu os debates e desafios em torno deste objeto de pesquisa, suas contribuições e mudanças na educação Imperatrizense. Desse modo, a importância da escolha desse objeto não aconteceu por acaso, partiu do desejo inicial de analisar os elementos que compunha esta formação docente, os efeitos que levaram a disseminar a boa educação e sua contribuição à comunidade local e regional.

Se todo conhecimento é um autoconhecimento e toda formação é uma autoformação, a busca pelo resultado desse trabalho será somatória das escolhas feitas durante o percurso de vida pessoal e profissional. Desse modo se dará em decorrência das relações estabelecidas com as pessoas, objetos e documentos. Desta forma, é objetivo geral desta pesquisa é circunscrever a trajetória da formação de professoras no município de Imperatriz/MA, entre os anos de 1960 a 1979, tendo como *locus* a Escola Normal Regional Santa Terezinha, compreender a cultura escolar, práticas cotidianas e a história cultural da instituição.

Nesse sentido, buscamos apresentar o percurso norteador deste projeto de sucesso que foi a Escola Normal Regional Santa Terezinha. Uma escola que desde o início trabalhou dentro de uma formação intelectual, moral, social, política e religiosa. Dessa forma seguiremos transcorrendo os aspectos metodológicos do trabalho.

METODOLOGIA

De certo, a metodologia a ser utilizada neste trabalho parte de uma pesquisa documental e bibliográfica com abordagem qualitativa. Orientamo-nos por produções científicas relacionada à essa pesquisa em fontes do arquivo escola, como regimentos, estatutos, boletins, certificados e atas. Além de entrevistas semiestruturadas realizadas com as Ex-normalistas. Com uma perspectiva da História oral e algumas inspirações da micro história, com as quais concederemos o status de metodologia e ao mesmo tempo prática, criando assim a oportunidade de análise do processo histórico, a contar do ponto de vista de um determinado período delimitado.

Compreende-se que as duas concepções historiográficas, de certa forma, se complementam: a primeira propicia a humanização história e, a segunda, torna possível a historiografia dos esquecidos/anônimos, trazendo elementos ou pressupostos da história cultural, não somente com o foco no sentido macro da história, mas micro, permitindo a compreensão de detalhes esquecidos visto como aproximação de uma vivência coletiva.

Dessa maneira, a história oral intervém no conceito de personagem histórico, visto que possibilita uma escrita da história por meio de outra direção: com prioridade nas narrativas dos indivíduos que foram envolvidos com o objeto, melhor dizendo, os estudos priorizam trabalhar

a vida social e o cotidiano, trazendo a luz a história de sujeitos comuns em uma rotina coletiva, originando a percepção do passado como algo presente.

Contudo, para desenvolvimento do trabalho, segue aqui as categorias analíticas que operam e sustentam a construção da pesquisa mediante as bases conceituais e teóricas metodológicas, tais como Cultura Escolar; História Cultural e Práticas Cotidianas. Saviane (2008); Castro (2007); Vidal (2006). Dessa maneira, este campo vem sendo acrescido enormemente nas últimas décadas, da mesma forma investigado pelos pesquisadores educacionais que traz a luz, os sujeitos, práticas, cultura material escolar na atualidade.

A CONSTITUIÇÃO DOS PROFESSORES NO BRASIL E NO MARANHÃO: afirmação das escolas normais e sua perpetuidade



Prédio situado no Campo da Aclamação n. 56, atual Praça da República, onde foi instalada a primeira Escola Normal em 1888, Niterói-RJ.

A foto acima apresenta em Niterói-RJ, a primeira *Escola Normal* no Brasil que iniciou por volta de 1835, com a descentralização do Império, cedendo autonomia para que as províncias tivessem condições de implantarem e organizarem de forma sistemática as instruções primárias e das escolas normais. Contudo, os poucos investimentos não favoreciam esta condição de abertura e organização, prejudicando o funcionamento destas instituições.

Sob essa ótica, com a criação da escola normal em Niterói. Tanuri (2000), afirma que, a criação possibilitou precedentes para originá-la outras tantas instituições educacionais nas províncias brasileiras:

Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará, em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas, em 1872, embora já em 1871 tivesse sido criada uma aula de Pedagogia no Liceu; no Espírito Santo, em 1873; no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); **no Maranhão**, em 1874, com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo (p. 64).

Desse modo, se percebe alguns pontos característicos entre as primeiras escolas normais, tais como: estrutura da organização didática era excessivamente simples, continha apenas um ou dois professores para todas as disciplinas para um curso de dois anos, dessa forma ampliando-se apressadamente até o final do Império Tanuri (2000).

Nesse sentido, retornando ao aspecto inicial destas escolas, Castro (2007), foi criado um enorme debate sobre a necessidade da criação de Instituições Culturais, dentre as quais, escolas, para atender as elites portuguesas que aportara neste período no Brasil. Com estas iniciativas foram criadas áreas educacionais que possibilitasse a criação de instituições de ensino em escala de nível secundário.

Dessa forma, D. João VI concebeu a construção do colégio D. Pedro II (1837), no Rio de Janeiro; e de Liceus em outras províncias (Estado do Maranhão somente 1838); além disso foram criados escolas técnicas e escolas de ensino profissional, está última tinha objetivo de formar mão de obra como: carpinteiro, sapateiro e espingardeiro e outras.

Tais profissões tinham por objetivo manter os jovens distantes dos vícios, vagabundagem e maus costumes. Na concepção de Saviani (2006), estas iniciativas/atividades surgiram das mentes dos intelectuais brasileiros do período, seguidores dos ideais iluministas francês, que tinham por objetivo refletir sobre o ensino como algo singular de escolarização, como atributo de expressão e, de forma ampla, para a formação de indivíduos para uma perspectiva de prosperidade e progresso.

Além disso, os intentos para a educação não privilegiaram o ensino público das primeiras letras. Um dos motivos fôra este descuido educacional e intencional por parte do governo, possivelmente relacionada ao fato de que, quem lograria dos benefícios, seriam as crianças filhos dos necessitados e pobres, que no pensamento da sociedade, quase não contribuiria ou muito pouco para o progresso da província. Já as famílias ricas contratavam professores particulares para ensinar seus filhos, ou até mesmo matriculava-os em escolas particulares ou até mesmos em internatos.

Associado a isso, existia uma outra problemática educacional que seria a inexistência de professores capacitados pela escola normal para assumir as cátedras públicas do magistério, tendo em vista que na província do Maranhão não existia, uma escola de formação de professores, intituladas Escolas Normais.

De acordo com Velázquez Castellanos (2010), a primeira instituição normalista criada para esse objetivo, se originou somente em 1835 em Niterói. No Maranhão houveram duas iniciativas de criação: uma pública (1840) e outra privada (1870), a última amparada pela sociedade *Onze de Agosto*, pelas quais não obtiveram um resultado esperado, somente em 1890, cinquenta e três anos após a primeira escola normal ser criada, foi consolidado o ensino normalista no Maranhão.

Na concepção de Castro (2007), mediante este contexto, na possibilidade de reverter a situação da organização da educação pública primária, as províncias passam a alargar os regulamentos legalizado por: *Leis, Decretos, Regulamentos, Estatutos etc.* Na sua amplitude, eram custoso de serem conduzido acerca dos fatores econômicos, na carência de professores e materiais escolares suficientes para a condução necessária a expansão e melhoria das condições de instrução e aprendizagem.

Desse modo, neste trecho apresenta-se as primeiras iniciativas e legitimação do ensino no Brasil. Nesse sentido em 1823, Saviani menciona o seguinte trecho: “[...] o Imperador do Brasil destacou a necessidade de uma legislação especial sobre instrução pública” (2008, p. 119). Pois, desta forma objetivo visava reter crescimento vertiginoso do analfabetismo com a população

mais carente. Ponto que apresentava ao mesmo cotidiano ou a mesma experiência vivida no Período Colonial.

Assim sendo, Paiva (1987), na investida de se originar uma representação mais avançada da sociedade, os intendentos legítimos do Brasil organizaram uma proposta de ensino para as crianças, reconhecidos por uma honrosa comissão de prestígio e moral da sociedade do período. Com isso o discurso por uma proposta de instalação da instrução se fazia urgente e prioritário. Apriori ele foi pensado a nível geral, onde se tentavam implantar escolas custeadas pelo poder público, de forma universal em todo o país, plano esse que não vingou o êxito esperado.

Além disso, Saviane (2008), com a Constituição Federal de 1824, foram criados regulamentos e decretos e leis que possibilitou ações no campo educacional com objetivo de compor e estruturar o ensino do império brasileiro. Deve-se mencionar que mesmo antes desta constituição, D. João VI solicitou ao ministro Antônio de Araújo que fosse criado um plano de instrução para estabelecer e organizar o ensino público do país.

Logo depois, com a constituição de 1824 ainda no Império, o Plano Geral da Instrução Pública, entra em vigor, dessa maneira, possibilitou a criação das escolas de primeiras letras, nas grandes cidades, e instituindo a gratuidade a toda a população.

Diante do exposto Veiga (2007), menciona a importância da Lei de 1827, sendo esta considerada, a primeira Lei da Educação no Brasil. Pois, foi por meio desta lei que se instituiu e oficializou a adoção do *Ensino Mútuo*. Este ensino tinha por base o aproveitamento dos alunos que tivesse mais destaque em sala (*decuriões*) para assim auxiliar os professores em seus afazeres nas classes com maior número de alunos.

Ademais, foram selecionados e enviados alguns professores a capital, sede do governo no Rio de Janeiro, ou até mesmo a outros países da Europa para que lá aprendessem novos métodos de ensino, formação esta, financiado pelo governo ou até mesmo com recursos próprios. Uma realidade ampla, defendida e praticada em todo o País.

No caso do Maranhão para dar continuidade ao ensino mútuo, nomeou-se o seu representante o professor Felipe Conduru para ir aprender o método Lancaesteriano na França, com objetivo de ao retornar, transmitir todo o conhecimento aprendido aos professores maranhenses Velázquez Castellanos (2010).

Assim sendo, com a vulnerabilidade dessa norma dependia da propagação do ensino público, mas sem investimento na criação de escolas ou até mesmo na formação de professores, estas ações não surtiriam efeito nas reais condições do País recém independente ou intermediada por países estrangeiros. Este último, se percebe que em outros países a melhoria do ensino se deu de forma gradativa/lenta e desprovido de planejamento, tudo isto fruto de pressões políticas, ideológicas e econômicas.

Nesse sentido, a elite com receio de que se abalasse seus ideais formulou um discurso de decretos e leis que em sua maioria não surtia muito efeito para a população, somente privilegiava apenas uma minoria. Esta prática por muito tempo esteve ligado a favores políticos e aliada à vontade econômica que por muitas vezes sempre deixou para segundo plano, especialmente quando o assunto era a instrução popular Saviani (2008).

Nessa mesma linha de pensamento Veiga (2007, p. 161) afirma:

[...] geralmente a legislação estabelecia duas modalidades de ensino primário, definidas de acordo com o índice populacional. Nas localidades de menor população existia a chamada Escola de Grau Inferior ou Elementar, já nas vilas e cidades, as de Segundo Grau ou Ensino Primário e Médio, também denominado de Superior, com maior número de disciplinas e professores normalistas, os quais recebiam melhores salários.

Assim, percebe-se que embora fosse gratuita a educação pública e esta estivesse vigente na constituição 1824, percebe-se que ela não foi universal em todas as regiões com qualidade e com a mesma eficiência dos grandes centros. Em meados do século XIX as condições estruturais, materiais didáticos e prédios inadequados eram impasses enfrentados pelas escolas neste século, realidade essa que os republicanos pretendiam amenizar com a instalação dos Grupos Escolares.

Na concepção de Sousa (2009), esses fatores colaboraram para que a maioria da população desvalorizasse devido o aspecto de sujo, mal cuidado, sem utilidade e sem proveito ou uso para o trabalho ou cotidiano. Dessa maneira, as más impressões ocasionadas ao longo do tempo em modelos, foram comprovando e se modificando numa representação histórica de que os colégios públicos foram ou “*continuam sendo*” pouco atraente para a sociedade. Dessa forma, se criou uma cultura de ausência as aulas, causando enorme preocupação aos governantes, na qual precisava ser combatida e reparada.

No caso das escolas públicas maranhenses Mota (2006), somente a escola padrão, que servia como laboratório de escola normal criada em 1896 e os grupos escolares, institucionalizados desde de 1903, eram considerados como modelos bem estruturada, organizada e contudo bem vista pela sociedade. Estas instituições, pelo menos inicialmente não serviam a população carente, somente as elites abastadas.

Por outro lado, os filhos dos proletariados, sem condições se contentava com as escolas mal cuidadas de fundo de quintal, salvo engano quando eram beneficiados da oportunidade de estudar.

Outrossim, os filhos dos abastados quando não podiam ir à escola recebiam aulas em casa, por professores contratados pelos seus responsáveis, ou até mesmo iam as escolas particulares mais próximas de suas residências. Dessa maneira, diziam-se que as escolas públicas ficavam direcionadas as famílias de classe mais humildes, de valores “*rudes*”, habituados a determinadas regras e obrigações e sujeitados a serem “*civilizados*” Veiga (2007).

Para tanto, em análise aos aspectos mencionados anteriormente pelas faltas de oportunidades da escolarização que muitos não tinham. Um grupo de religiosos com a expansão do decreto da santa sé a oportunidade de evangelizar catequizar os mais necessitados.

CONTOS E REENCONTROS DA TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL REGIONAL SANTA TEREZINHA

Se faz necessário inicialmente, demonstrar a trajetória da igreja católica em nossa região e sua trajetória e evangelização. Os religiosos capuchinhos que aqui aportaram em 12 de janeiro de 1892, vieram a mando do decreto da Santa Sé com objetivo missionário de catequisar os indígenas do norte e nordeste do Brasil. Conforme Magalhães, menciona que “surgiu a oportunidade de uma frente missionaria no norte e nordeste do Brasil entre os indígenas” (2012, p. 15). Nesse sentido, cabendo a eles anunciar o evangelho em nosso País. Dessa maneira, cuidar das catequeses que estavam sendo construídas em todo o perímetro que ia do Estado de Pernambuco ao Amazonas.

Desse modo, meio a tragédia acontecida pelo massacre de Alto Alegre - MA entre indígenas e os religiosos e religiosas, as doenças tropicais que também assolavam, se tornava cada vez mais difícil a vinda das freiras da Itália. Por sua vez, com o apoio do governo do Pará deixando bem claro que a preferência era por freiras brasileiras, assumindo todas as despesas da construção da matriz e escola em Santo Antônio do Prata-PA. Desse modo, após

estabelecer contato com várias congregações por todo o Brasil e ficando só por promessas, sendo seu caráter emergencial.

Nesse sentido, Frei João Pedro Sexto, ao lembrar em sua memória as palavras de um velho amigo Caimi: que dizia: “as freiras de que precisa vão surgir, é numa ordem criada por você...” Magalhães (2012, p. 32). Dessa forma, consultou a congregação por meio de Frei Mansueto que lhe disse após um dia de reflexão e rezas ao senhor: “Frei Pedro e vontade de Deus que fundeis a congregação, cumpri esta santíssima vontade e o Senhor abençoará” Magalhães (2012, p. 33).

Dessa forma, foram surgindo candidatas da ordem terceira, a pedido de Frei Pedro foram preparadas por meio de muitas orações e suplicas inspirando-se no divino Espírito Santos. As candidatas aceitaram o pedido e dali surge as primeiras candidatas para rumarem a uma nova vida, chegando a Belém-PA, no dia 14 de dezembro de 1904, se estabeleceram no retiro saudoso, tinha esse nome devido a uma importante recordação. Pois foi exatamente neste local que no dia 18 de dezembro de 1904, iniciou a história das cinco moças cearenses a se tornarem as primeiras Irmãs missionárias capuchinhas desta nova ordem.

Nessa perspectiva, Beneditinos, (2006, p. 39) entende que, “As Irmãs são suficientemente instruídas, muito boas e devotas; para elas não há dificuldades, nem de clima, nem de língua, nem de costumes [eram nativas!]. São totalmente nossas, educadas conforme as nossas necessidades” (Figura 1 e 2).



Figura 1. Fundador: Frei João Pedro Sexto
Fonte: Arquivo da Escola Santa Terezinha



Figura 2. Irmãs co-fundadoras

Um pouco antes na história a ser contada, com a presença dos religiosos católicos pelo majestoso Rio Tocantins registrasse a história da cidade de Imperatriz que remonta aos séculos XVI e XVII, quando aqui os bandeirantes paulistas vieram em busca de ouro. Das entradas realizadas, a que mais nos interessa foi a do ano de 1658, realizada pelos jesuítas, sendo que os padres Manoel Nunes e Francisco Veloso teriam sido os primeiros precursores a adentrar o sítio onde hoje está Imperatriz (SANCHES, 2003).

Destaca-se, ainda no ano de 1852, uma povoação criada em uma aldeia Timbira, recebendo o nome de Colônia de Santa Tereza do Tocantins.

Inicialmente, a vila de Santa Tereza de Imperatriz foi uma única rua de 84 casas, parte coberta de telhas, ou edificadas ao longo do rio, terminando em uma praça ou largo, num quadrilátero em que foi construída a igreja – matriz.

Transitaram pelo porto de Imperatriz, em busca do eldorado do Tacaiúna (castanha preta), imigrantes de toda parte do Brasil, especialmente da Bahia; Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco e do próprio Maranhão (SANCHES, 2003, p. 162).

Vale ressaltar, que três anos depois da partida da expedição que saiu do porto de Belém, em 26 de junho de 1849, o Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, capelão da expedição, deu início a uma povoação, que recebeu o nome oficial de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins. E logo, depois de quatro anos, em 27 de agosto de 1856, a Lei n. 398 criou a Vila de Imperatriz, nome dado em homenagem à Imperatriz Tereza Cristina.

A chegada do inverno, que nas grandes cheias represa o riacho Cacau e inunda todo o campo escolhido por frei Manoel Procópio, demonstrou que a escolha não tinha sido adequada. A nascente povoação foi então mudada para outro local, pouco abaixo, nas ribanceiras que compreendem hoje a Praça da Meteorologia e suas imediações. Ali, o missionário logo construiu uma capela em honra a Santa Teresa d'Ávila, santa espanhola de quem carregava uma imagem e a quem deu o patronato da missão. Assim se fundou e estabeleceu a povoação de Santa Teresa, denominada também de Santa Teresa do Tocantins e Colônia de Santa Teresa (FRANKLIN, 2005, p. 44).

A vila foi transformada em cidade somente em 22 de abril de 1924, na época muito visada por sua localização e pelo grande comércio de peles, couros e caucho, árvore esta que servia para confecção de papel e látex de borracha. Recebendo imigrantes de várias partes do país, e tendo nas décadas posteriores várias localidades emancipadas. Posteriormente, no dia 24 de julho de 1924, a bordo da pequena lancha denominada Boa Nova, chegam a já cidade de Imperatriz as missionárias capuchinhas.

O IDEÁRIO CATÓLICO NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS

Segundo Barros (1996), o período chuvoso cessava, surgiam as pastagens “verdes, cheirosas e férteis”. A pequena população de Imperatriz aguardava ansiosa a novidade que estaria por chegar. A pedido da autoridade Eclesiástica, Dom Roberto de Castellanza, Bispo de Grajaú - MA. Manifestou o desejo de uma escola que atendesse os anseios da população e a propagação do evangelho católico nos interiores do estado. Pois não existia professores formados, somente professores leigos que por alguns trocados, como meio de subsistência ministrava suas aulas domiciliares à aqueles que podiam pagar, em muitos casos os filhos dos fazendeiros da região a exemplo disso cita-se a “escola” na fazenda boa esperança, onde lecionou o professor João Pereira Lima. Barros (1996 p. 47).

Outro fato relatado sobre a possível existência de uma escola foi na obra do livro: *Pelas trilhas de Marabá*, “este narra a história da primeira escola construída na cidade, meados de 1919 o primeiro estabelecimento de ensino foi em Imperatriz. Era pago!” Silva (2004 p. 22). Dessa forma, a vinda das irmãs missionárias capuchinhas vindo do Estado do Pará em 24 de julho de 1924 marcaria de vez a vila de Imperatriz, meses antes tinha se tornado cidade de Imperatriz.

Esses dados são reforçados no livro de 80 Anos da Escola Santa Terezinha (SILVA; CASTRO, 2004, p. 26) ao afirmar que: “No dia 24 de julho de 1924, a bordo da pequena lancha

denominada Boa Nova, chegam a Imperatriz as missionárias Capuchinhas Irmã Judith Maria de Fortaleza 33 anos, professora, Superiora; Irmã Águeda Maria de São José 41 anos, votos Perpetuo e Irmã Eleonora Maria de Quixeramobim, 24 anos Votos temporários”.

Nesse sentido, ao verificar o 1º livro tomo da Escola Santa Terezinha do Menino Jesus de 1926 a 1945, Folhas de nº 02. Percebi uma contradição no que desrespeita a data exata da chegada das missionárias a cidade de Imperatriz, que diz: “*Aos 24 de Julho de 1926 chegaram a esta cidade de Imperatriz as venerandas Irmãs Judith Maria de Fortaleza; Águeda Maria de S. José e Eleonora Maria de Quixeramobim, destinadas pela Santa Obediência a fundarem uma casa religiosa e uma escola para alunos de ambos os sexos*”.

O mesmo acontece com a data do início da matrícula que no livro dos oitenta anos da Escola Santa Teresinha, Silva; Castro (2004) menciona que: “*As aulas começaram a ser ministradas nessa casa no dia 03 de agosto de 1924, com apenas dez dias de presença das irmãs na cidade.*” Já no Livro Tombo menciona na Folha 02: No dia 03 de agosto de 1926, “*abriu-se as matrículas da escola Santa Terezinha do Menino Jesus*”.

Outro momento importante para a consolidação da escola foi a chegada da irmã Júlia Maria de Barra do Corda, no dia 05 de setembro de 1924 no qual consta no livro de 80 anos que segundo Silva (2004, p. 28). Já na mesma página do livro tomo afirma que “*05 de setembro de 1926, chegou a esta cidade a veneranda irmã Júlia Maria de Barra do Corda destinada a casa de Imperatriz*”. E continuava tal como: “*uma jovem noviça, com seus vinte e cinco anos disposta a compor a fraternidade e ajudar nesta árdua caminhada que se iniciava*”. Dessa forma, a escola passa a caminhar com dificuldades, mas sob a graças e bênçãos do bom Deus e compor uma história de vitória vivenciada até os dias atuais.

De acordo com Cruz (2013) apresenta que no livro Tombo da Igreja de Santa Tereza entre 1920 a 1937, nas páginas (22, 37, 42, 46, 48 e 51) menciona: “aulas paroquiais e abertura da escola das irmãs” neste mesmo ano de 1926. Meio a estas controvérsias damos sequência ao artigo mencionando que, merece destaque a Escola Santa Terezinha pois trata-se da primeira fundação posterior a eleição do primeiro governo geral da congregação em 1924: desse modo a palavras da congregação (1976), era: “*não se tratava mais de uma fundação do Superior da Missão, mas, sim, de Madre Gertrudes Maria de Fortaleza, em atendimento ao desejo daquela autoridade*” (p. 240). Sobre estas dificuldades amparando-me nas teorias de Edelvira Marques de Moraes Barros (1984, p. 9): onde é possível perceber que:

A cidade era pobre e as dificuldades muito grandes. A manutenção das Irmãs era feita com muita dificuldade. Os móveis da Escola foram improvisados. As carteiras feitas com caixas de querosene, mas tudo se arrumou e o primeiro dia de aula aconteceu no dia 03 de agosto do mesmo ano com externato e internato. Apesar da precariedade, foi a Escola Santa Teresinha a primeira escola estruturada que, aqui, funcionou. A escola era dotada de salas de aulas, sala de prendas domésticas, capela, área de recreação, banheiros, lavanderia, rouparia, refeitório, dormitório e outros.

É perceptível no relato acima que as dificuldades no início da organização escolar, com materiais precários e moveis improvisados era bem difícil manutenção. A escola mesmo com tantas dificuldades funcionou e gradativamente foram se estruturando com o objetivo de catequisar e educar aqueles que acreditavam nos esforços destas missionárias capuchinhas. Na concepção de Dietzgen: afirma que: “*Nossa causa está cada dia mais clara e o povo cada dia mais esclarecido*” (p. 229). Acredito que esta bandeira tenha sido um dos motivos para lutar pela educação, o acreditar!

Custódio (2017), menciona que já havia capuchinhos desde 1920 e desde esse período, muitos deste já se preocupavam: *“a falta de escolarização da população, especialmente de crianças e jovens mais pobres, pois precisavam congregar fiéis que dominassem a leitura ou então, no mínimo, capacitá-los para tal prática”* (p. 178). Dessa forma, a igreja precisava de fiéis escolarizados que pudesse auxiliar os padres em tarefas simples das liturgias e nos registros das atividades financeiras da igreja.

Contudo, os capuchinhos viram a necessidade de convocar as freiras para que criassem uma escola na cidade. *“Com a adesão das capuchinhas foi considerada uma ramificação da ação evangelizadora dos frades, esses viam na Escola Santa Teresinha uma extensão do seu trabalho paroquial”* (CUSTODIO). Dessa forma como eles eram poucos e com várias atividades viram na oportunidade delegar as irmãs a missão de educar a população.

As missionárias Capuchinhas após quatro anos de sua instalação relatam no 1º livro tomo no verso da página 11 em 15 de novembro de 1928 da seguinte forma: *“finda o anno escolar a Escola Santa Terezinha do Menino Jesus termina com 78 alunos matriculados. Eram 36 meninos e 42 meninas que foram frequentando regularmente”*

Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante mencionar que a história da Escola Santa Terezinha trás em seus tempos, memórias e relatos que por muitas vezes se confundiu com a própria história da cidade. Neste contexto gerações que pertenceram a esta escola festejam, as numerosas superações, sacrifícios e conquistas ao longo da sua trajetória histórica. Outro ponto que merece destaque, partiu de uma preocupação que surgiu meio a ausência de professores e professoras qualificados para compor o quadro da escola. Pensando nesta possibilidade a escola passa a ter autorização de seus superiores para assim fundar a primeira Escola normalista da cidade.

O CURSO NORMAL REGIONAL

Naquele período existia uma preocupação por parte das irmãs capuchinhas, esta era sobre a preparação para a formação de professores. O estado não dispunha de curso de formação no município. Aqueles que tinham interesse pelo magistério buscavam outras cidades para a sua formação. Nesse sentido, após perceberem a necessidade que tinha o município para esta formação docente, segue a Imperatriz e Regiões a autorização de Dom Cesário Alexandre Minali e da Superiora Geral, Madre Josefa Maria. Para que assim se fundassem escolas normais regionais. Regionais por que estas deveriam atender a cidade na qual se formou e suas jurisdições especificamente. (SILVA, 2004)

Então, no dia 15 de agosto de 1960. Funda-se o primeiro curso de formação normal regional da Escola Santa Teresinha do Menino Jesus, passando a ser reconhecida por Escola Normal Regional Santa Teresinha. Dessa forma foram recebidas várias solicitações para a realização dos exames de admissão. Pois este era o único instrumento legal que garantiriam a entrada/acesso, ou não das alunas. Assim, um mecanismo de seleção e classificatório oficializado pela política educacional do período.

Conforme apresentado, esta ata geral faz parte de um conjunto de atas do arquivo da escola que trata dos primeiros exames admissionais registrado. O interessante e que neste período existia uma banca além das representantes da escola composta pela diretora, freiras que ministravam aulas na escola e o Inspetor Estadual, para avaliar a oralidade, escrita e postura de cada normalista que se apresentava.

Segundo relatado pela irmã Evagelina Diretora no verso da folha nº 2 de 1960, desta ata diz: *“Eu irmã Evagelina Maria Presidente da Comissão Examinadora, Lavrei a presente ata que*

vai assinada por todos os membros da banca Examinadora composta Irmã Gema Maria, Irmã Alberta Maria, Irmã Glória Maria, Irmã Evangelina Maria e pelo Inspetor Estadual o Sr. Raimundo de Moraes Barros”. Dessa maneira verificasse a representação solene do momento de extrema importância e responsabilidade no processo de avaliação que exigia a escola.

Segundo Silva e Castro (2004) afirma que “no dia 3 de março de 1961 foi instalado o curso Normal Regional, de primeiro grau, que continha disciplinas pedagógicas”. No relato da Ex-normalista, disse com muito entusiasmo em suas palavras:

Tinha o ideal de ser professora [...] o acesso ao Curso Normal Regional foi através do exame de admissão. Meu primeiro vestibular! Início maravilhoso. Conheci novas pessoas, novos professores, fiz novas amizades que perduram até hoje. Expandi as interações sociais com adolescentes com diferentes comportamentos Raimunda Cortez (2020).

A escola tinha como objetivo dá o suporte educacional necessário as famílias que vinham se instalando na região. Muitas destas eram famílias abastadas que possuíam grandes quantidades de terras ou proprietário de engenhos. É importante mencionar que segundo o anexo abaixo em destaque, demonstra-se no relatório de registro de 1962 da escola. Apresentado logo nos primeiros parágrafos, confirmando os dados da fundação da escola Normal Regional Santa Terezinha. Registro de nº 92 do cartório da cidade pelo senhor Raimundo Bandeira Barros e na capital maranhense em São Luís, registro oficial de nº 634 em 16 de setembro de 1960. Consta neste primeiro relatório da escola normalista, serviços prestados por meio do ensino, subvenções e auxílio as finanças e por fim os agradecimentos as autoridades que contribuíram com doações em prol do funcionamento da escola. Dessa forma, é interessante perceber, que a formação era solidamente cristã, e integralmente direcionada ao papel benéfico da família e sociedade. As normalistas além de, educadora dos filhos, dirigente de escola ou até mesmo uma educadora para o povo.

Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante mencionar que a Escola Normal Regional estava para a formação de professoras voltada nos princípios familiares e cristãos. Dessa forma, em depoimento confirmado pelas ex-alunas, foi dito que “a igreja tinha uma forte influência em nossa formação espiritual e profissional” elas também mencionaram sobre os valores adquiridos nesta formação “éramos muito obedientes, cumpríamos com todas as nossas obrigações religiosas” no que tange a regras/punição/disciplinas, mencionaram de forma quase unânime que: “A disciplina era rígida, com horário certo para a entrada e saída dos alunos, nas salas de aula e o uniforme tinha que estar completo, as alunas eram obrigadas a irem de anáguas”. Afirmaram ainda que se houvesse infrações “o aluno era chamado na diretoria e comunicada aos pais, dependendo da gravidade havia suspensão por três dias, com atividades a serem entregues no retorno da suspensão”.

Em virtude de uma educação rígida e disciplinar que recebiam, até os dias atuais elas são envolvidas em eventos da igreja. Muitas destas participaram ativamente em aulas da catequese e até os dias atuais me informaram que são envolvidas em obras sociais. “Estas atitudes foram todas influenciadas pela educação que nós recebemos no período” Evane (2020).

Fica evidenciado que esta formação estava toda constituída no aspecto religioso, priorizados na formação do período. Ao perguntar sobre o currículo e sua organização, mencionaram: “A Diretoria e o Corpo Docente organizavam o organograma das disciplinas a serem ministradas dessa forma” (Quadro 1).

Quadro 1. Disciplinas na formação do período.

DISCIPLINAS	PROFESSORES
Religião	professores Padres Capuchinhos Frei Eliezer e Frei Tomé.
Português	professoras Irmã Alberta - 1 ^a à 2 ^a séries, Irmã Anatólia - 3 ^a à 4 ^a séries.
Latim	professores Frei Eliezer - 1 ^a à 2 ^a séries, e Frei Tomé - 3 ^a à 4 ^a séries.
Francês	professor Frei Arcádio - 1 ^a série, Ivanilde Marinho - 2 ^a série.
Inglês	professor Frei Gil - 3 ^a série.
Matemática	professora Irmã Evangelina Maria - 1 ^a à 4 ^a séries.
História	professora Marly Maranhão - 1 ^a à 2 ^a séries, Irmã Evangelina - 3 ^a série.
Geografia	professora Irmã Otília - 1 ^a à 3 ^a séries.
Ciências	naturais e humanas. Professor Frei Eliezer - 1 ^a à 3 ^a séries.
Metodologia	Professor.... 3 ^a à 4 ^a séries.
Psicologia	Professora Irmã Anatólia - 3 ^a à 4 ^a séries.
Atividade Agrícola	professor 1 ^a série, jardinagem, hortas e noções de economia doméstica.
Desenho	professora Irmã Otília - 1 ^a à 3 ^a séries, geometria e desenho artístico.
Música	professor Maestro Moisés - 1 ^a à 3 ^a séries.
Sociologia	professor 4 ^a série.
Trabalhos Práticos Manuais	2 ^a série, bordados, crochês “as alunas preparavam um caderno com os bordados e os crochês para avaliação ao final do ano”, pintura em vasos de cerâmica.

Fonte: entrevista com ex-normalistas (2020).

Segundo dados das entrevistadas, todas estas dezesseis disciplinas foram ao longo de todo o período de formação. Percebe-se que as mesmas apresentam as disciplinas e seus responsáveis na formação. Ao longo do primeiro ano subsequente a entrada das normalistas, baseado nesta apresentação curricular, vejamos o decorrer das disciplinas ano a ano e suas avaliações. Apresento a ata com os resultados finais das avaliações da 1^a série de 1961, que somente foi finalizado no ano subsequente de 1962.

A primeira turma era composta por 24 alunas, que estudavam no turno vespertino, eram 12 disciplinas e ao longo do ano. Além disso, as normalistas participavam de eventos e festividades católicas, datas comemorativas com as do dia da pátria. No livro 3^o livro tombo (1961 a 1978) foi registrado na página 3 no dia 07 de setembro de 1962 “*O curso normal preparou, ou melhor exibiu dois carros alegóricos, sendo um porta bandeira e outro com a figura do intrépido Tiradentes*” [...] “Decentemente uniformizadas, desfilaram garbosamente nossas alunas, pelas principais ruas da cidade”. Nesse sentido, é percebido que a formação para o civismo, era a tônica da política nacionalista do período, pois estas eram identificadas em vários aspectos da prática pedagógica desenvolvida na escola normalista (Figura 3).

Figura 3. Desfile comemorativo ao dia 7 de setembro de 1962. Lado direito carro alegórico portando a bandeira nacional pelas normalistas, lado esquerdo a formação cívica do desfile, dos alunos da escola elementar e o normal, conduzido por uma pequena fanfarra.



Fonte: arquivo pessoal da normalista

Assim, a escola levava em consideração a formação cívica para seus alunos e alunas e a preparação do docente para este caráter educativo. Segundo as normalistas era comum participarem de eventos cívicos, segundo a normalista Graça Bandeira “*tínhamos Ânimo, era uma briga para quem ia no jipe, Rsrtrs. Era ornamentado por nós mesmas, outros iam na fanfarra (banda da escola) e outras com a farda de gala das normalistas, era uma festa!* Meio a sorrisos e lembrando deste momento ela olhava para os lados como se buscasse uma recordação e disse: “*todos da cidade gostavam muito de ver a escola desfilando*” Esta, era o desejo da escola, formação cívica, fazendo se sentir parte de sua pátria.

Assim, a nacionalização na educação estava claramente marcada nas práticas pedagógicas dos regionalistas da escola normal regional, apresentando como o magistério primário e chamado a servir a pátria nos eventos cívicos. Destacava-se a confecção de cartazes, bustos de autoridades históricas, bandeiras e com utilização de carros alegóricos. Dessa forma era indispensável presença das normalistas, como ficava evidente as fotos acima das normalistas nos eventos cívicos e escolares.

CONCLUSÃO

Contudo, com o período áureo da educação normalista nas décadas de 60 e 70 na escola Regional Santa Terezinha pelas irmãs capuchinhas, ao longo do que foi apresentado, nos remete a pensar na bravura de Frei João Pedro Sexto idealizador desta ordem e compor uma nova ordem de capuchinhas, acreditando que muitas regiões necessitavam da bravura de sua ordem religiosa para contribuírem na evangelização e na educação dos povos. Este empenho foi reconhecido ao longo de uma trajetória de sucesso que as irmãs missionárias capuchinhas tiveram a frente por meio de desafios vencidos e comprometimentos com os mais carentes em cada região na qual visitavam ao longo de suas peregrinações.

Dessa Maneira, especificamente a educação de Imperatriz transformou-se em referência. O desempenho das normalistas se multiplicou com novas práticas pedagógicas superando um atraso e colaborando com a diminuição da carência de professores em nossa região. Outras gerações foram se seguindo e dando início a uma cidade de referência na educação no Estado.

Ao Longo do trabalho percebemos em nossa pesquisa de campo elementos que foram capazes de identificar atividades de uma cultura escolar forte, nas quais eram realizadas na escola e na sociedade Imperatrizense. Este aspecto ficou registrado por meio de fotos, livros atas, livros tombos e registros de matrículas, dos arquivos da escola e das Ex-normalistas. Documentos esses que demonstravam a responsabilidade do envolvimento da escola (direção/professores/alunos) como os aspectos religiosos e sociais, que nos oportunizou a vivenciar um pouco da história das Ex-alunas normalistas por meio de seus currículos e entrevistas feitas em suas residências, presenciamos a cada olhar uma saudades de um tempo cheio de desafios e conquistas que cada uma tivera.

REFERÊNCIAS

- AZANHA, J. M. P. **Estruturas e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BARROS, E. M. M. **Eu, Imperatriz**. (2a ed.). Imperatriz: Ética. 2012.
- BENEDITINOS, T. M. **O missionário capuchinho construiu sobre a rocha**. Fortaleza: RDS. 2006.
- CASTRO, C. A. **Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história Casa dos educandos artífices (1841-1889)**. São Luís: EDFUNC, 2007.
- CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Revista do Centenário das IMC**. Fortaleza, 2004.
- CRUZ, M. S. (Org.). **História da Educação de Imperatriz: textos e documentos**. Imperatriz: Ética. 2012.
- CUSTÓDIO, M. A. C. Gênese de uma escola católica e estratégias femininas no Maranhão novecentista. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 178-198, 2015.
- FRANKLIN, A. A efêmera vida da escola Humberto de Campos. **Verbo – Revista da Academia Imperatrizense de Letras**, p. 1-2. 2004.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- MOTTA, D. G. **A emergência dos Grupos escolares no Maranhão**. In: VIDAL, D. G. (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercados das letras, 2006.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- SANCHES, E. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos: 1852 a 2002**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.
- SAVIANI, D. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: História e teoria.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, J. N. O.; CASTRO, M. P. **Escola Santa Teresinha 80 anos educando vidas.** Imperatriz: Ética. 2004.

SOUZA, R. F. **Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976).** Campinas: Mercado das Letras, 2009.

TANURI, L. M. **Contribuição para o estudo da escola normal no Brasil.** Pesquisa e Planejamento, São Paulo:1970.

TANURI, L. M. **História da Formação de Professores.** Revista Brasileira de Educação. Campinas: 2000.

VEIGA, C. G. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

VELÁZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luis. **Práticas de leitura no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações.** São Luís: EDUFMA, 2010.

Submetido em: junho de 2020

Aprovado em: outubro de 2020